

Socialismo e Democracia: desafios para o século XXI

A derrota do socialismo contemporâneo e a questão democrática

Uma das grandes causas do fracasso do socialismo contemporâneo – referimo-nos basicamente àquelas propostas construídas ao longo do século XX, a partir da revolução russa de 1917 – foi o declínio, que chegou em alguns casos à perda quase completa, de sua popularidade nas sociedades em que *realmente* existiu.

Reconhecendo esta situação, M. Gorbatchev, o último reformador do socialismo soviético, quando se iniciou a Perestroika sob sua iniciativa, gostava de falar que era preciso, no caso da URSS, “reganhar a alma” dos povos soviéticos para a causa, o programa e os valores do socialismo¹.

Povos que haviam consentido os maiores sacrifícios e as maiores perdas, humanas e materiais, e suportado inimagináveis tensões e perigos, e os rigores de uma extrema repressão, estavam deixando de confiar num sistema que, no passado, havia dado tantas provas de vitalidade.

Este fenômeno, que se tornou muito evidente na URSS, e se acirrou em virtude de fatores específicos (entre outros, aguda crise econômica, rebeliões de caráter nacional contra o “centro” moscovita, crise de confiança nas virtudes do socialismo entre as próprias elites dirigentes), conduzindo à surpreendente desagregação *da primeira pátria do socialismo internacional*, surgiu igualmente em outras sociedades socialistas, como as que existiram na Europa Central, e subsiste, ameaçadoramente, em maior ou menor escala, em Cuba e na China.

Por que o socialismo teria perdido a luta pela “alma” dos povos, na curiosa e reveladora expressão de Gorbatchev? Sequer ele a ganhara em algum momento? Em qualquer caso, como explicar a verdadeira revolta popular contra o socialismo, este ingrediente explosivo que foi responsável pela queda/derrubada do socialismo em várias sociedades e que se constituiu num dos elementos centrais para explicar o declínio da utopia socialista nos dias atuais?

A meu ver, uma das principais chaves para começar a responder estas indagações é estudar de que maneira os partidos e as sociedades socialistas trataram a *questão democrática*. Fracassou o socialismo no

¹ Cf. M. Gorbatchev, 1987

tratamento desta questão crucial para a sociedade contemporânea? Em caso de resposta positiva, qual o itinerário deste fracasso? Seus fundamentos históricos, sociais e políticos? De que modo será possível extrair daí referências para enfrentar, se houver chance, os novos desafios e as novas possibilidades da aventura do socialismo no século que ora se inicia?

O presente artigo chama a atenção para estas questões mas, até por uma questão de espaço, não pretende esgotá-las, nem muito menos abranger o conjunto da experiência socialista.

Propomos um recorte particular: numa perspectiva histórica, colocar em evidência dois processos, considerados relevantes. Num primeiro momento, considerar as tradições da social-democracia antes da I Grande Guerra, e mais especificamente, as relações estabelecidas entre a social-democracia e a questão democrática. Constituiu-se então um padrão, um modelo, que muitos ainda hoje pensam ser uma base importante para a construção de um projeto de socialismo democrático². Em seguida, estudar o processo da revolução russa, considerada à luz da experiência dos soviets (conselhos), ou seja, de suas relações com a questão democrática. No interior da experiência socialista do século XX, a revolução russa e os soviets constituíram o extremo oposto da tradição social-democrata³. O *modelo revolucionário* em oposição ao *modelo reformista*.

Sei bem que estas experiências não esgotam, longe disso, a reflexão sobre o socialismo contemporâneo. Houve tendências, organizações políticas, revoltas e revoluções que, apesar de compartilhando os ideais socialistas, não se identificaram, e mesmo se opuseram, à social-democracia e ao *socialismo realmente existente* na Rússia/URSS. Do estudo delas, sem dúvida, muito se poderá beneficiar a formulação de alternativas socialistas para o próximo século⁴. Entretanto, dada a inquestionável relevância das experiências que vão ser consideradas, espero que as reflexões que se seguem possam, de alguma forma, contribuir para a compreensão das relações entre o socialismo do século XX e a questão democrática.

² Cf. A. Przeworski, 1989

³ Cf. O. Anweiler, 1972

⁴ Entre os estudos do anarquismo na Rússia, cf. P. Avrich, 1979; M. Brinton, s/d; N. Makhno, 1988. O conselhismo foi uma tendência política relativamente expressiva, embora bastante minoritária, em vários países, sobretudo na Alemanha e na Holanda. Enfatizavam a importância e o papel dos conselhos operários, considerados em sua autonomia Cf. A.Pannekoek e K. Korsch, 1973

Socialismo e democracia no século XIX: as tradições social-democratas

Desde meados do século XIX, e mais precisamente, a partir dos grandes movimentos sociais populares que, nos anos 40 deste século, se desdobraram na Inglaterra, e que passaram à história como o *movimento cartista*, criou-se, progressivamente, uma associação entre *socialismo e democracia*⁵.

No medo dos liberais, adeptos do voto censitário e do poder das oligarquias, na violência policial, nos documentos e discursos das direitas, democracia e socialismo eram perigos a serem evitados e, sempre que fosse o caso, perseguidos.

Inversamente, entre os movimentos sociais populares, que protestavam e lutavam contra a Ordem Liberal, as reivindicações democráticas, a saber, a universalização do voto, a democratização das instituições e do Estado, as liberdades sindicais e políticas, de um lado, e, de outro, as políticas socializantes ou socialistas de expropriação ou controle do Capital, tenderam a estabelecer laços de crescente intimidade.

Os socialistas tornaram-se os campeões da democracia. E a democracia transformou-se em bandeira central dos socialistas. Criou-se inclusive a convicção, compartilhada por liberais (com medo) e por socialistas (com esperança), de que a universalização do voto conduziria, quase que automaticamente, os socialistas ao poder, já que, pelo seu programa e seus valores, pretendiam representar os anseios e reivindicações das grandes maiorias.

Não gratuitamente, a Internacional Socialista que se (re)fundou em 1889, em Paris, em comemoração ao centenário da Revolução Francesa, era também conhecida como Social-Democrata e os partidos que dela participavam eram chamados, para além de denominações específicas, como partidos *social-democratas*. Para muitos, pelo menos, parecia inquestionável a fusão harmoniosa entre socialismo e democracia.

Entretanto, havia elementos que perturbavam esta harmonia.

As críticas anarquistas denunciavam tendências *centralistas* e *ditatoriais* no marxismo dos social-democratas. Outros, como os *conselhistas*, apontavam tendências evidentes de *oligarquização* no seio mesmo dos partidos social-democratas (predominância dos quadros profissionais, enfraquecimento da capacidade de controle dos dirigentes políticos pelas bases dos próprios partidos, mandatos

⁵ Cf. E. Hobsbawm, 1982-1986, sobretudo os volumes 1 e 2, e P. Anderson e P. Camiller, 1996

prolongados ou que se sucediam indefinidamente, imprensa partidária controlada de cima para baixo, perda completa de autonomia das organizações social-democratas em relação aos espaços institucionais existentes etc.).

De fato, independentemente do valor que se atribua a estas críticas, alguns elementos centrais do *credo*⁶ marxista social-democrata tinham uma dinâmica inegavelmente autoritária como, por exemplo, entre muitas outras, a idéia da supremacia histórica da classe operária, a do partido único da classe operária (título reivindicado, em cada país, pelos partidos social-democratas), a crença, sem reservas, no determinismo econômico, o relativo desprezo por tudo e todos que fossem considerados *atrasados* ou não *civilizados*, e sobretudo a perspectiva de transformar a política em ciência, autodefinindo-se os social-democratas como únicos guardiões desta ciência. No mundo dos últimos anos do século XIX, dominado pelo mais exacerbado cientificismo, pode-se imaginar as derivas autoritárias contidas nestes postulados.

Por outro lado, e igualmente decisivo, o fato de os partidos social-democratas terem optado por organizações *nacionais*, e investido grande parte de seus esforços políticos e organizativos no interior de suas fronteiras nacionais, os fez, em grande medida, reféns das problemáticas de ordem nacional.

A *opção nacional*⁷ foi, sob muitos aspectos, positiva para o fortalecimento político dos partidos social-democratas. Aproximou-os das sociedades respectivas que viviam uma conjuntura de grande ascenso da *questão nacional*. Dificultou, no mesmo movimento, a contra-propaganda anti-socialista que procurava caracterizar o socialismo como *anti-nacional* e os socialistas como *traidores da pátria*, em resumo, contribuiu decisivamente para que os social-democratas se tornassem populares e passassem a ser, cada vez mais, bem votados para as instituições que, então, se democratizavam, por pressão inclusive dos socialistas.

Entretanto, a opção nacional também teve seus impactos negativos. O maior deles, sem dúvida, foi o enfraquecimento dos valores e ideais internacionalistas com a correspondente captura dos social-democratas pela *questão nacional*, deixando-os à mercê das influências autoritárias, nacionalistas e mesmo chovinistas que

⁶ Cf. Hobsbawm, op. cit., sobretudo volumes 1 e 2, e Daniel Aarão Reis, 1997 e 1999

⁷ Para o estudo das complexas relações entre marxistas e questão nacional, cf. E. Hobsbawm, op. cit., sobretudo os volumes 1 e 2, e G. Haupt, 1965 e 1976

passaram a predominar gradativamente no quadro da expansão dos grandes estados capitalistas (Europa Ocidental, EEUU e Japão) pelo mundo, sobretudo na África (*scramble for África*) e na Ásia (*break up of China*)⁸.

Assim, pouco antes da I Grande Guerra, eram ambíguas as tradições social-democratas no que se refere à questão democrática. De um lado, do ponto de vista programático, fusão harmoniosa entre socialismo e democracia. De outro lado, tendências autoritárias vicejando na organização interna partidária e na reconstrução do pensamento de Marx (o marxismo da II Internacional). Finalmente, em virtude da opção nacional, outras ambigüidades: dividendos políticos extraordinários, aquisição de uma crescente legitimidade, e, ao mesmo tempo, imersão em tendências chovinistas e ditatoriais.

Heranças contraditórias, mas plurais, abertas a diferentes interpretações e caminhos.

As revoluções russas e os soviets

Entre 1905 e 1921, ao contrário da legenda bolchevique, houve muitas revoluções na Rússia. Outubro de 1917, sem dúvida, foi um elo absolutamente crucial, mas é preciso acrescentar outros, sem os quais o panorama de conjunto se torna incompreensível: o ano vermelho de 1905, fevereiro de 1917 e, finalmente, a revolução esquecida de Kronstadt, em março de 1921⁹.

Do ponto de vista da questão democrática, a grande novidade destas revoluções foi a emergência dos soviets (conselhos), a sua aparente consolidação, o papel decisivo desempenhado por eles e, finalmente, de modo surpreendente, o seu rápido declínio e desaparecimento enquanto órgãos ativos no exercício e no controle do poder político.

Desde 1905, quando surgiram pela primeira vez, os conselhos foram saudados como uma grande contribuição ao pensamento e à prática da democracia.

De fato, apesar de reconhecidos positivamente, havia muitas críticas às limitações dos parlamentos até então conhecidos nos grandes Estados

⁸ A impregnação nacionalista dos trabalhadores e dos partidos socialistas, já denunciada por alguns antes da I Grande Guerra, desembocaria no fenômeno da União Sagrada quando, pressionados pelas próprias bases sociais, os partidos socialistas aprovaram os créditos de guerra e se perfilaram ao lado dos respectivos governos em guerra.

⁹ Cf., entre muitos outros, P. Avrich, 1975 e 1979

capitalistas. Certo, havia eleições periódicas, oportunidades amplas para o debate e a propaganda políticas, partidos políticos organizados em escala nacional, mandatos definidos, apoiados pelo conceito da imunidade parlamentar, e uma importância crescente do parlamento na fiscalização e na crítica das políticas governamentais e na denúncia das eventuais exações dos Estados. Entretanto, os poderes efetivos dos parlamentos, embora variassem muito, de país para país, eram, em geral, relativamente diminuídos. Muitas vezes, intermináveis e inúteis debates, sem nenhuma consequência prática, levaram alguns a criticar o fenômeno do *cretinismo parlamentar*¹⁰, espécie particular de ilusão que acomete deputados e senadores que tendem a supervalorizar o impacto e o papel histórico de suas *palabras*.

Alternativamente a este modelo, os soviets inventados pelos russos em 1905, e reinventados entre 1917 e 1921, quando deram seus últimos suspiros, caracterizavam-se, entre muitas outras, pelas seguintes inovações: não se organizavam na base de eleições periódicas, não definindo, em consequência, e de modo geral, mandatos fixos; tendiam a concentrar os poderes de formular leis e executá-las, quebrando o conceito de separação de poderes (legislativo e executivo) que se consolidava nos grandes Estados capitalistas; primavam pela autonomia, em relação às instituições existentes, inclusive ao governo central, e mesmo em relação aos partidos, revolucionários ou não; eram restritos às camadas populares (operários, trabalhadores em geral, soldados), embora os *populares* pudessem eleger, e o faziam freqüentemente, pessoas de origem social distinta.

Os soviets de operários, trabalhadores em geral e soldados, essencialmente urbanos, irromperam de forma súbita, surpreendendo os contemporâneos. Tinham uma contrapartida rural: os comitês de camponeses, que, no entanto, por guardarem origens e características próprias não serão aqui abordados¹¹.

Como naquela sociedade de tradições autoritárias e fechadas, que contaminavam até mesmo os partidos socialistas existentes, obrigados a operar na mais rigorosa clandestinidade, de modo nenhum propícia a debates e controles democráticos, como puderam emergir aquelas

¹⁰ Em suas obras sobre a revolução de 1848, K. Marx apreciava assim vituperar o fenômeno da alienação parlamentar.

¹¹ Os comitês de camponeses, ou comitês agrários, abertos aos que trabalhavam a terra, excluídos os grandes proprietários e seus prepostos, disseminaram-se na Rússia em 1905 e, novamente, em 1917, constituindo organizações regionais e uma confederação pan-russa. Desempenharam papel decisivo na vitória da revolução e, em dezembro de 1917, assumiram a denominação de *soviets*, embora tivessem, desde as origens, características próprias, diferentes das dos soviets urbanos.

formas de organização ágeis, plásticas, permeáveis aos humores da sociedade, sensíveis às bruscas variações das tendências políticas, abertas às camadas sempre desvalorizadas, oprimidas e exploradas¹²? O debate sobre as origens do fenômeno permanece em aberto, sujeito a controvérsias. O fato é que os soviets se impuseram de forma avassaladora. Nenhum partido ou grupo político poderia ignorá-los, todos os reconheciam e lutavam dentro deles e de seus comitês especiais para obter e exercer influência.

Construiu-se assim uma *rede* de parlamentos plebeus e *rede* é o termo mais apropriado porque, de fato, embora órgãos com pretensões centralizadoras tenham sido criados no *universo soviético* a partir de junho de 1917, e apesar do prestígio incontestável do Soviet de Petrogrado, capital política do país, os *parlamentos populares*, formalmente, não obedeciam senão as suas próprias deliberações.

Neste sentido, dizia-se, na época, e com alguma razão, que o poder estava nas *ruas*, ou seja, disseminado, descentralizado, não se submetendo, nem reconhecendo, nenhum poder central.

Foi este processo que levou V. Lênin, na sua famosa polêmica com K. Kautsky, que criticava as derivas ditatoriais do poder dos conselhos (soviético), a sustentar que os soviets eram “mil vezes mais democráticos” do que os parlamentos *burgueses*¹³.

O argumento de V. Lênin, quando foi enunciado, em 1918, era duplamente impróprio: primo, porque ele fingia ignorar que os soviets já estavam em processo acelerado de declínio; secundo, porque os parlamentos aos quais se referia não eram *burgueses*, tendo resultado de um processo complexo de contradições e lutas sociais, nas quais, aliás, as camadas populares e o proletariado industrial em particular tinham exercido papel chave.

Para além destas impropriedades, porém, V. Lênin acertava ao enfatizar que as formas organizativas novas dos soviets eram particularmente sensíveis às aspirações e aos sentimentos das *massas deserdadas*. Sendo assim, ao menos em certa medida, podia-se sustentar que eram “mais democráticas” do que os parlamentos então existentes.

Entretanto, como se disse, os soviets já estavam declinando como poder efetivo. A Guerra Civil que devastou a Rússia desde 1918, e até

¹² A emergência dos soviets em 1905 e o seu posterior relançamento, em 1917, entusiasmaram sobretudo os que já estavam desencantados com o processo de “institucionalização” dos partidos social-democratas. Cf. as obras de Rosa Luxemburg e o surgimento da tendência conselheira.

¹³ V. Lênin também se deixou capturar pelo entusiasmo em relação aos soviets. Cf. sua obra clássica: O Estado e a Revolução, em que estuda as semelhanças entre a experiência da Comuna de Paris e a dos soviets. Para a polêmica com Kautsky, cf. uma outra obra de Lênin: A ditadura do proletariado e o renegado Kautsky.

1921, seus rigores e exigências, não constituía mesmo um terreno propício para instituições democráticas.

A revolução de Kronstadt foi um último canto de cisne da estrutura soviética enquanto poder autônomo. Reintroduzindo a palavra de ordem “todo o poder aos soviets”, que fora tão mobilizadora ao longo do ano de 1917, reivindicando liberdade de organização e de expressão para todos os partidos políticos, anistia para os presos políticos revolucionários, e autonomia frente às instituições governamentais dominadas pelos bolcheviques, os marinheiros da histórica base naval próxima à então Petrogrado empenharam a vida na defesa da *democracia revolucionária* que não sobreviveu à sua derrota.

A derrota dos revoltosos de Kronstadt assinalou o fim de um ciclo e de um horizonte de possibilidades. Na União Soviética, criada formalmente um ano depois, em 1922, e apesar da homenagem do nome, a *democracia soviética*, inventada em 1905 e reconstruída em 1917, tornou-se uma ficção, um espectro, tendendo, de fato, a desaparecer, subordinada a estruturas rigidamente colonizadas e centralizadas nas mãos dos bolcheviques. Isto não quer dizer, como sustentam muitos, que a tirania específica de Stalin, com todos os seus horrores já estivesse prefigurada nos detalhes. Mas fora construída uma estufa propícia para toda a espécie de tiranias e de tiranos.

Vida e morte da democracia soviética nas revoluções russas

A vida da democracia no contexto das revoluções russas existiu enquanto mantiveram vitalidade os soviets. Por que definharam tão rapidamente estas estruturas que despertaram tantas esperanças?

A propósito do assunto, a polêmica, evidentemente, está em aberto, mas muitas explicações, desde a irrupção do período revolucionário, foram já avançadas por políticos e estudiosos,

Há o argumento das tradições autoritárias¹⁴.

Numa sociedade como a russa, a democracia não tinha mesmo chance. Séculos de tsarismo combinados com alguns poucos anos de um parlamento raquítico não abriam mesmo grandes possibilidades.

A guerra civil devastadora e o cerco das forças hostis à revolução vitoriosa vêm em seguida: como uma sociedade ameaçada em sua sobrevivência poderia dar-se ao luxo de abrir consultas e debates

¹⁴ Na historiografia anglo-saxônica, sempre se enfatizou muito o papel destas tradições. Cf. M. Fainsod, 1953 e L. Schapiro, 1967. Entretanto, não se trata de uma tendência unívoca. Acentuando os processos sociais, toda uma série de autores se destacaram, entre os quais, cf. G.T. Rittersporn, 1988 e 1992 e J.A. Getty, 1992

democráticos, que minam sempre a coesão social e política? Aberturas democráticas fariam o *jogo do inimigo*, abrindo brechas que enfraqueceriam a vitória da revolução¹⁵.

Não deixa também de ser mencionada, sobretudo numa certa historiografia anglo-saxônica, a responsabilidade crucial do pensamento marxista e, em particular, do pensamento e da ação bolcheviques, essencialmente autoritários¹⁶.

Eis, em resumo, o *cocktail* de ingredientes que teria inviabilizado a democracia nas revoluções russas e na construção do socialismo na União Soviética: tradições históricas autoritárias, circunstâncias imediatas inescapáveis que fortaleciam tendências autoritárias e ditatoriais (guerra civil e cerco inimigo) e pensamento e ações do partido revolucionário hegemônico, comprometido com doutrinas centralistas. São respeitáveis argumentos. Não gratuitamente, sustentam-se há tantos anos. Mas, creio, não esgotam o assunto.

A força das tradições não foi capaz de impedir a irrupção da democracia soviética que surpreendeu o mundo. Ou seja, havia brechas ali para o imponderável e para a invenção, filha legítima do imponderável.

Quanto aos perigos e às circunstâncias, sem que seja possível subestimá-los, nem sempre é lembrado o fato de que, apesar dos pesares, mesmo nos piores momentos da guerra civil, houve então mais debates e democracia na Rússia revolucionária do que depois, quando os perigos e as circunstâncias dramáticas tinham sido afastados.

A vocação centralista e colonizadora do partido bolchevique, em grande medida tributária das tradições social-democratas, como se referiu, é também, a meu ver, inquestionável. Mas duas ressalvas devem ser formuladas: primo, estas tradições tinham, como também se viu, uma grande dose de ambigüidades. É revelador que o partido bolchevique, mesmo antes de alcançar o poder, e também depois, apesar dos rigores da guerra civil, manteve, nas difíceis condições que eram as suas, um grau alto de debate interno, de questionamentos e de contestações. Sobretudo em suas direções, mas não apenas, os bolcheviques formavam um partido de homens e mulheres livres, e não um bando de carneiros tangidos por lideranças carismáticas. Secundo, frente à estrutura soviética, enquanto foi viva e cheia de vitalidade, o partido bolchevique freqüentemente submeteu-se. É conhecido o episódio em que os bolcheviques, sob liderança de V. Lênin, redefiniram seu

¹⁵ A tradição interpretativa dos comunistas acentuaria sempre estes aspectos. Cf. Daniel Aarão Reis, op. cit., 1997 e 1999.

¹⁶ Cf. a historiografia anglo-saxônica referida na nota 14, sobretudo Schapiro e Fainsod.

programa agrário para atender às aspirações e reivindicações dos soviets agrários. Também são conhecidas outras evoluções mediante as quais os bolcheviques se ajustaram aos ritmos e às orientações da democracia soviética (por exemplo, a recuperação da palavra de ordem “todo o poder aos soviets” depois da derrocada do golpe do general Kornilov em agosto de 1917). Ou seja, em não raros momentos, os bolcheviques, apesar das tendências ditatoriais, renunciaram a seus projetos e acompanharam as decisões tomadas no âmbito dos soviets. Em síntese, sem desprezar nenhum dos argumentos invocados acima, o que se deseja é relativizar seu impacto. E voltar os olhos para as próprias estruturas soviéticas, sua organização e dinâmica internas, seus ritmos. Sempre celebrada, por quase todas as tendências de esquerda, até mesmo pelos bolcheviques que, paradoxalmente, contribuíram poderosamente para a sua eliminação, os soviets aparecem como se fossem estruturas virtuosas, vítimas de forças incontroláveis (tradições, circunstâncias e algozes – no caso, os acusados são os bolcheviques)¹⁷.

A indagação que se quer formular é a seguinte: eram realmente favoráveis à democracia as estruturas soviéticas?

Não teria sido em virtude de debilidades internas que os soviets resistiram tão mal, e tão pouco, aos *assaltos* das circunstâncias e de partidos autoritários? Os soviets não cultivariam, em sua dinâmica interna, referências autoritárias que os tornariam particularmente propícios a investidas colonizadoras de partidos ditatoriais?

A hipótese que quero defender é que as tradições dos soviets, assim como já foi referido em relação à social-democracia, no que diz respeito à democracia, são, no mínimo, ambíguas.

Já referimos as características inovadoras (elas são sempre citadas), aportadas pela experiência soviética, do ponto de vista da questão democrática.

Mas há outras que apontam em sentido contrário.

O voto a descoberto é uma delas, talvez a maior, porque, como se sabe, torna-se muito difícil enfrentar abertamente maiorias determinadas, sobretudo quando estão iradas, o que é comum em momentos revolucionários. Do mesmo modo, não é fácil enfrentar os controles da polícia política e das autoridades constituídas na base do voto a descoberto.

¹⁷ Entre anarquistas e comunistas, além de muitos socialistas, é comum a celebração, com diferenciadas ênfases e disputas interpretativas, das experiências da Comuna de Paris (1871) e dos soviets russos (1905-1917).

A não fixação de um período para o mandato, por mais curto que seja, também se tornou problemática, porque, assim como o mandato imperativo, diminui drasticamente a margem de autonomia do representante, sujeitando-o a reviravoltas imprevisíveis, não raramente estimuladas pelos partidos com vocação autoritária.

A informalidade da estrutura soviética, a ausência de regras claras e compreensíveis, consideradas por muitos virtudes, também são armas de dois gumes porque favorecem toda a sorte de golpes e contra-golpes nos quais são esmerados virtuosos os partidos centralizados.

Outro aspecto, com frequência celebrado: a fusão dos poderes legislativo e executivo. Trata-se de um dispositivo que permite muita agilidade e rapidez, sem dúvida, mas leva ao desaparecimento de equilíbrios de força que são essenciais para a manutenção da democracia. A estrutura soviética, uma vez *tomada* por um partido, tende a tornar-se um tanque, que ninguém, e nenhuma contra-estrutura, controlam mais.

Controle é uma palavra chave numa democracia que mereça este nome. Para exercitar-se, ela precisa de instituições e da noção de que nenhuma instituição pode ser absoluta ou total. Em seus últimos momentos, em seu *último combate*, V. Lenin percebeu os perigos do descontrole em que evoluía o poder do secretário-geral do Partido Comunista (no caso, Stalin). Mas já era tarde¹⁸. As propostas formuladas, a Comissão Central de Controle e a Inspeção Operária e Camponesa, cedo se revelariam impróprias e ineficazes por uma condição básica: não eram órgãos de controle externo. Criaturas do seu criador, eram incapazes de controlá-lo.

Nesta altura, os soviets eram já uma sombra do que haviam sido, convertidos agora em espectros de si mesmos.

O voto a descoberto, a informalidade e a agilidade soviéticas, a inexistência de mandatos, a instabilidade criativa, a fusão entre as atividades legislativa e executiva, a ausência de controles externos, em síntese, todos os pontos fortes das estruturas soviéticas, responsáveis pela sua notoriedade histórica e pela sua *eficácia revolucionária*, viabilizaram a *democracia*, no sentido etmológico da palavra, *poder do povo*, enquanto existiram condições de elevada efervescência social e política, marcada, como sempre acontece nestes casos, por altíssimos índices de ativismo social e participação política.

¹⁸ Cf. os brilhantes estudos de M. Lewin 1968 e R. Linhart, 1983

Vivia-se então a fase *épica* da revolução. Enquanto durou, a própria existência das estruturas soviéticas limitava os partidos, obrigados a lutar em seu interior por prestígio, influência e poder.

Mas esta fase não é permanente, como se pode perceber historicamente. Como as grandes ondas, chega o momento da arrebentação. E o participacionismo exacerbado tende, inevitavelmente, a refluir. No tempo do refluxo, evidenciaram-se as vulnerabilidades dos soviets às tendências autoritárias. Algumas, derivadas dos partidos em luta contínua para colonizá-los. Outras, intrínsecas aos próprios soviets.

Sem a compreensão destas últimas, sem a elaboração de propostas políticas específicas destinadas a superá-las, as próximas experiências socialistas poderão voltar a estar à mercê de surtos autoritários e, pior do que tudo, a ditaduras sangrentas que desfiguram o socialismo e o desmoralizam.

Daniel Aarão Reis
Professor Titular de História Contemporânea
Universidade Federal Fluminense

Referências bibliográficas

- Aarão Reis, Daniel. Uma revolução perdida. A história do socialismo soviético. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 1997
-----A aventura socialista no século XX. São Paulo, Atual, 1999
- Anderson, P. e Camiller, P. Um mapa da esquerda na Europa Ocidental. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996
- Anweiler, O. Les soviets en Russie, 1905-1921. Paris, Gallimard, 1972
- Avrich, P. La tragédie de Cronstadt: 1921. Paris, Seuil, 1975
-----Les anarchistes russes. Paris, Maspero, 1979
- Brinton, M. Os bolcheviks e o controle operário, 1917-1921. Porto, Afrontamento, s/d
- Fainsod, M. How Rússia is ruled. Cambridge, Harvard University Press, 1953
- Getty, J.A. Les bureaucrates soviétiques et l'Etat stalinien. Revue des Etudes Slaves. Paris, t. 64, fasc. 1, 1992, pp 27-51.
- Gorbatchev, M. Perestroika. Rio de Janeiro, Best-Seller, 1987

Haupt, G. Le congrès manqué. L'Internationale à la veille de la première guerre mondiale. Paris, Maspero, 1965

Haupt, G. e Lowy, M. Le marxisme et la question nationale, Paris, Maspero, 1976

Hobsbawm, E. (org.) A história do marxismo. São Paulo, Paz e Terra, 1982-1986, 12 vols.

Lewin, M. Lenin's last struggle. New York, Pantheon Books, Random House Inc. 1968

Linhart, R. Lênin, os camponeses e Taylor. São Paulo, Marco Zero, 1983

Makhno, N. A revolução contra a revolução. São Paulo, Cortez, 1988

Pannekoek, A. , Korsch, K. et al. La contre-révolution bureaucratique. Paris, UGE, 1973

Przeworski, A. Capitalismo e social-democracia. São Paulo, Companhia das Letras, 1989

Rittersporn, G.T. Nouvelles recherches, vieux problèmes. In Revue des études slaves, t. 64, fasc. 1, 1992, pp 9-25

-----Simplifications staliniennes et complications soviétiques: tensions sociales et conflits politiques en URSS, 1933-1953. Paris, Archives Contemporaines, 1988

Schapiro, L. De Lenine à Staline. Histoire du Parti Communiste de l'Union Soviétique. Paris, Gallimard, 1967